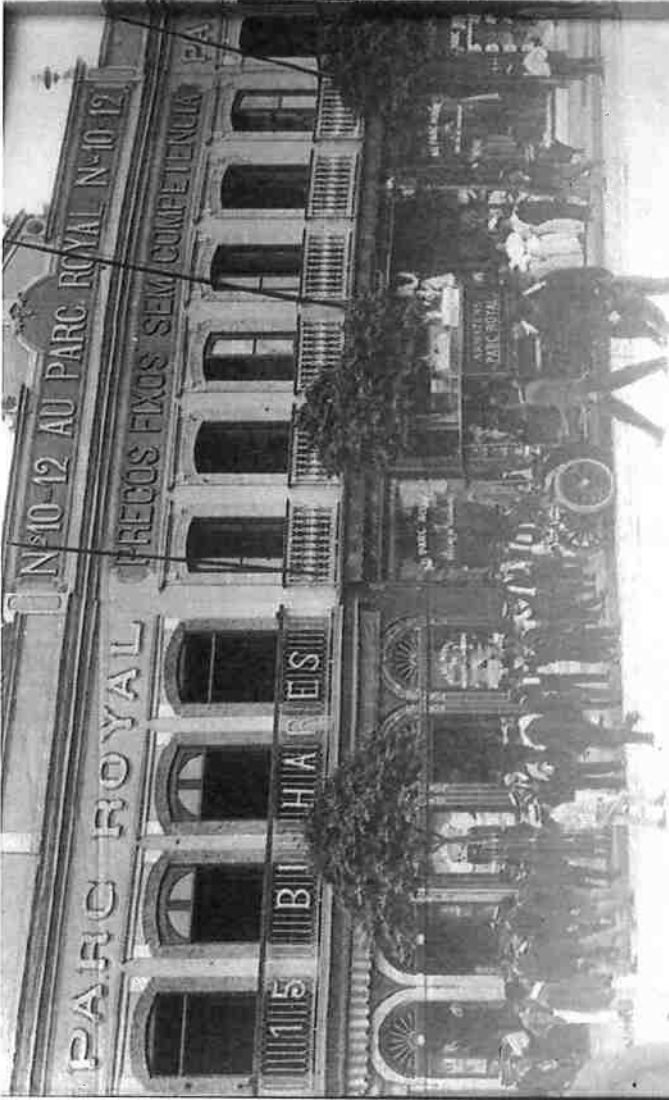




CIDADE E HISTÓRIA

José D'Assunção Barros

A Historiografia, a Geografia, os Estudos Urbanísticos e as demais ciências sociais e humanas de modo geral têm se interessado muito pelo estudo da cidade como uma forma específica de organização social.

Neste sentido, apresentam-se nesta obra as posições de estudiosos da cidade desde o século XIX até tempos recentes nas ciências sociais em geral. Além disso, são examinadas as imagens através das quais os homens têm habitualmente enxergado a cidade nos diversos campos do saber, ora comparando-a com organismos ou ambientes ecológicos, ora encarando-a como uma gigantesca máquina; ora lendo-a como se fosse um texto a ser pacientemente decifrado, ora entendendo-a como sistema, e assim por diante.

A relação entre *História* e *cidade* será o fio condutor desta pequena obra de introdução aos estudos urbanos que, atenta aos diálogos interdisciplinares sobre o tema, busca esclarecer como os diversos campos do saber têm se aproximado dos fenômenos urbanos, e como estes mesmos fenômenos urbanos também estão sujeitos a uma permanente transformação na História.

www.vozes.com.br

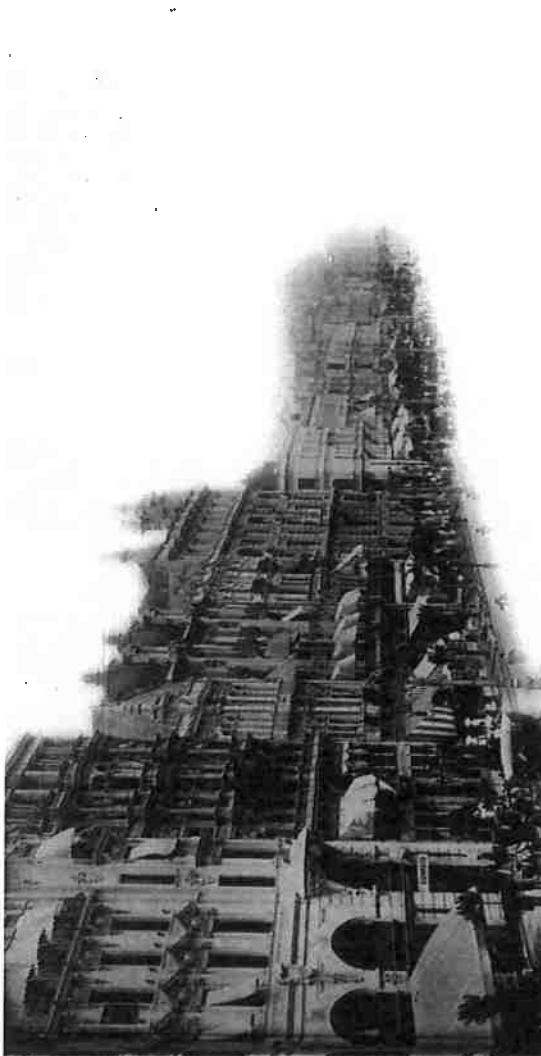
**EDITORA
VOZES**

Uma vida pelo bom livro
vendas@vozes.com.br

ISBN 978-85-326-3445-0



9 788532 634450



José D'Assunção Barros

CIDADE E HISTÓRIA



2ª Edição

**EDITORA
VOZES**



José D'Assunção Barros

CIDADE E HISTÓRIA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Barros, José D'Assunção
Cidade e história / José D'Assunção Barros. – 2. ed.
Petrópolis, RJ : Vozes, 2012.

ISBN 978-85-326-3445-0

Bibliografia

1. Cidades 2. História 3. Sociologia urbana
4. Urbanização I. Título.

06-9542

CDD-307.76

Índices para catálogo sistemático:

1. Cidade como organização social : Sociologia urbana 307.76

Ana Lúcia - mar 2014

 EDITORA
VOZES

Petrópolis

© 2007, Editora Vozes Ltda.

Rua Frei Luís, 100

25689-900 Petrópolis, RJ

Internet: <http://www.vozes.com.br>

Brasil

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora.

Editoração: Fernanda Rezende Machado

Projeto gráfico: AG.SR Desenv. Gráfico

Capa: WM design

ISBN 978-85-326-3445-0

Editado conforme o novo acordo ortográfico.

Este livro foi composto e impresso pela Editora Vozes Ltda.

Sumário

Prefácio, 7

1. A emergência da reflexão sobre a cidade, 9
As primeiras reflexões modernas sobre a cidade, 9
A análise institucional do fenômeno urbano, 13
2. As imagens da cidade na reflexão urbana, 19
O cientista social fabrica as suas metáforas urbanas, 19
A cidade como artefato e como produto da terra, 21
Os modelos biológicos e ecológicos, 29
A cidade entendida como um sistema, 36
A cidade como texto, 40
3. A perspectiva multifatorial da cidade, 49
O fenômeno urbano em uma totalidade de aspectos, 49
O fator historicidade, 52
O fator população, 53
O fator econômico, 58
O fator político, 62
O fator organização, 68
O fator forma, 71
O fator cultura, 81

O fator imaginário, 93
O fator função, 100

Conclusão, 107

Referências, 113

Prefácio

O século XX foi, de certa maneira, o “século da urbanização”. Globalmente falando, é a partir daí que se pode dizer que a maior parte da população mundial passou a viver essencialmente em centros urbanos de diversos tipos. Essa ruptura com séculos e séculos de uma história humana em que a maioria da população do planeta se dedicava fundamentalmente a atividades agrícolas, e em que a cidade devia ser vista muito mais como uma exceção do que como o ambiente mais familiar para os homens, contribuiu naturalmente para que este mesmo século XX tenha assistido a uma grande eclosão de interesses nos vários campos do saber em estudar este grande enigma e esta vasta trama de complexidade que é a cidade.

A História, e as Ciências Humanas de um modo geral, não poderiam ficar infensas a estas irresistíveis motivações em estudar a partir de várias perspectivas a cidade como uma forma específica de organização social. Nesta linha, os historiadores e os cientistas sociais produziram ao longo do século riquíssimos estudos e abordagens teóricas sobre as cidades que hoje, no alvorecer de um novo milênio, podem ser avaliadas em uma visão panorâmica.

O objetivo deste livro é precisamente o de mapear algumas das questões fundamentais a partir das quais têm sido analisados os fenômenos urbanos nos últimos tempos. Não se pretende, propriamente, levantar novas questões. A proposta desta obra é tão somente a de levantar as diversas posições sobre a cidade, muitas delas já clássicas, de modo que aqueles que se iniciam nos estudos urbanos

possam iniciar a sua caminhada com maior consciência do vasto campo teórico que terá à sua frente, e dentro do qual farão as escolhas necessárias para os estudos pretendidos.

Espera-se que a obra possa ser de utilidade para estudantes universitários e pós-graduandos de História, Urbanismo e Ciências Sociais, e que também possa contribuir para os professores destes vários campos oferecendo textos didáticos para o estudo da cidade como forma específica de organização social.

I

A EMERGÊNCIA DA REFLEXÃO SOBRE A CIDADE

As primeiras reflexões modernas sobre a cidade

A moderna reflexão sobre a cidade como forma mais específica de organização social data do século XIX, seja na área da historiografia, seja no campo do pensamento sociológico. Não que nos tempos antigos, no período medieval e no início da Idade Moderna os homens tenham deixado de pensar a cidade e de expressar os seus anseios e expectativas sobre ela. A diferença, contudo, mostra-se particularmente em dois âmbitos que cumpre aqui ressaltar:

Por um lado, ainda não havia surgido nos períodos anteriores o interesse de desenvolver uma reflexão sobre o fenômeno urbano que estivesse mais firmemente ancorada em uma investigação sistemática, em métodos apropriados, em teorizações capazes de compreender a cidade e o fenômeno urbano em todas as suas dimensões possíveis. Isto é, não havia se manifestado ainda a motivação para transformar a reflexão sobre a cidade em um campo mais específico do saber.

Pensar e sentir a cidade fora muitas vezes uma tarefa dos poetas, dos cronistas e romancistas, dos teólogos, também dos arquitetos e dos filósofos – mas neste último caso sempre como um caminho para compreender problemas humanos mais gerais, para pensar os modelos ideais de organização do mundo político, para impor hie-

rarquias sociais. Assim, pode-se dizer que, de outro lado, embora a cidade tenha sempre frequentado a reflexão de filósofos e pensadores dos mais diversos tipos, ela ainda não aparecia, como dissemos acima, como uma forma “mais específica” de organização social, contrastante em relação a outras, com um lugar próprio e problemas singulares que seriam só seus, com uma história à parte, embora integrada ao movimento mais geral da história humana.

No século XIX isto se modifica sensivelmente. Começam a surgir cada vez mais pensadores da sociedade – historiadores e também os estudiosos que hoje chamaríamos de sociólogos e antropólogos – preocupados em entender esta especificidade do “viver urbano”, em decifrar a história deste viver, as suas mutações, as suas diferenças em relação a outros ambientes sociais, e em compreender também a complexidade dos vários tipos de vida social que podiam ser abrigados nas diversas modalidades de formações urbanas. Estas preocupações iriam se intensificar ainda mais, conforme veremos, no século XX.

Por outro lado, também no campo mais específico do Urbanismo começam a surgir no século XIX as primeiras obras preocupadas simultaneamente com a forma, a funcionalidade, e seus desdobramentos sociais. Havia, é claro, os tratados renascentistas que, desde o século XV, propunham agir sobre a vida citadina através de uma ação sobre o espaço urbano que considerasse as suas necessidades econômicas e sociais, e aqui, nas teorizações destes arquitetos renascentistas, já encontramos os primeiros esforços de concretizar uma verdadeira arte urbana. Mas um campo de estudos que começa a analisar a cidade como um espaço que corresponde a um viver próprio que é passível de ser estudado mais sistematicamente sob o ponto de vista das ciências sociais, aliás em formação, eis aqui uma contribuição mais específica que só poderia ser trazida pelo século XIX, simultaneamente contra o pano de fundo dos novos saberes especializados que então surgiam e da própria centralidade que

um mundo urbano em vias de se superpovoar passava a ocupar nos destinos humanos com a emergência das sociedades industriais. O próprio termo “urbanização” aparece em uma de suas primeiras formulações em 1860, proposto pelo arquiteto espanhol Ildelfonso Cerda. Ele é também o autor da primeira obra, neste campo, que discute os desdobramentos sociais da industrialização, preocupando-se em elaborar uma *Teoria geral da urbanização* (1867)¹.

Para o afloramento destes vários interesses nos tempos modernos contribuíram, como se disse, os processos acelerados de urbanização e industrialização. Foi diante deste novo mundo urbano que ao mesmo tempo o fascinava e o ameaçava – fenômeno que por outro lado ajudou a gerar a contrapartida romântica de uma literatura evasiva que apregoava o regresso à natureza – que o homem ocidental também se pôs a refletir cientificamente sobre a cidade. Buscava, talvez, compreender os problemas específicos deste *habitat* ao qual boa parte da humanidade parecia destinar-se. Queria refletir sobre a organização da vida citadina, sobre as origens imemoriais do fenômeno urbano, e sobre as formas históricas de urbanização – talvez na ânsia de legitimar aquela nova forma de urbanização à qual a sua civilização parecia estar cada vez mais confinada.

Para além disto, o século XIX trouxera novas lutas sociais, muitas das quais plenamente desenvolvidas nos meios urbanos. O século dos primeiros impulsos acelerados de industrialização era também o século das utopias, dos ideais revolucionários por diversas vezes traídos, das barricadas erguidas e destroçadas nos convulsivos ambientes urbanos europeus. Herdeiro dos sonhos iluministas e dos pesadelos revolucionários, da crença oitocentista no progresso e da sua adaptação a um mundo que não excluía grandes de-

1. O urbanismo seria fundamentado como disciplina independente alguns anos depois, com a obra *Stadt-Reweiterung in Technischer de Reinhard Baumister* (1876). Mas, na verdade, a expressão “urbanismo”, empregada como designativo deste novo campo do saber, aparece pela primeira vez em 1910, com o geógrafo francês Pierre Clerget.

cepções, o século XIX gestara simultaneamente o positivismo e marxismo. Desejos de legitimar ou de transformar o novo mundo moderno, dentro do qual a cidade desempenhava um papel capital, produziam ambiguidades diversas, confrontações múltiplas, postas de combinar uma atitude e outra.

Ainda vigorava amplamente, nos meios filosóficos e científicos, uma mentalidade evolucionista: o século XVIII fora o Século das Luzes, que muitos contemporâneos quiseram ver como a etapa maior na evolução da humanidade; mas seria o século XIX quem assistiria ao impacto das ideias de Charles Darwin acerca da *Origem das espécies através da seleção natural* (1859). No transplante das ideias do evolucionismo natural para o mundo humano, e sobre as cinzas da Fênix iluminista, abria-se a possibilidade de se pensar a cidade como uma etapa mais avançada do desenvolvimento humano, ou até a cidade especificamente ocidental como uma forma mais evoluída de urbanismo para a qual deveriam convergir historicamente formas urbanas menos elaboradas. O urbanismo ocidental apresentava-se para muitos como modelo a ser alcançado por outras civilizações, o que desqualificava os modelos urbanos diferenciados das sociedades orientais. Esta perspectiva eivada de etnocentrismo começaria a ser questionada num futuro não muito distante, no seio da grande crise de descentramento que se abateria sobre o homem ocidental moderno no século XX. Mas naqueles primeiros momentos da reflexão urbana muitos passaram a enxergar a cidade como um destino, ou até mesmo como uma etapa evolutiva.

Do mesmo modo, das mutações desencadeadas pela Revolução Francesa começavam a emergir naquele tempo novas disposições estatais, um novo conceito de “nação”, novos padrões de desenvolvimento institucional. Os intelectuais do século XIX eram conclamados a trabalhar para o Estado na montagem dos seus mecanismos institucionais fundamentais, na sua legitimação, na produção de sua memória. Florescem a partir daí as bibliotecas e arquivos, re-

adaptam-se as antigas universidades, criam-se novas disciplinas e práticas acadêmicas. Era preciso também legitimar o mundo moderno, o mundo do capital – um mundo que encontrava na cidade a sua armadura mais adequada.

Na ânsia de encontrar uma racionalidade para este complexo mundo que os próprios seres humanos criaram, desenvolvem-se novos campos como o da “economia clássica”, buscando formular racionalmente as leis de mercado e compreender os mecanismos de funcionamento do capitalismo. Marx parte da mesma preocupação de compreender o mundo do capital, mas por um outro viés, e incorpora na sua linha explicativa a ideia da luta de classes, o compromisso com a mudança dialeticamente determinável, e por outro lado a esperança de um mundo socialmente mais justo. Lança por seu turno as bases para uma reflexão sobre a relação dinâmica entre a cidade e o campo, e principalmente coloca a história no centro das possibilidades de compreender a trajetória e os destinos da humanidade.

É a partir deste contexto diversificado, abarcando pontos de vista e expectativas tão distintas, e no entanto produtos do mesmo século de fascínios e decepções diante das possibilidades humanas e sociais, que se produziram as primeiras reflexões sobre a cidade no mundo moderno.

A análise institucional do fenômeno urbano

Uma visão panorâmica sobre as obras produzidas no século XIX acerca do fenômeno urbano deixa entrever o cerne de suas principais preocupações. À parte a contribuição de Karl Marx (1818-1873), que abre caminhos para uma análise da cidade em concomitância com aspectos sociais e históricos mais amplos² – embora ele mesmo não se detenha propriamente em uma reflexão isolada sobre o fenô-

2. MARX, K. *Pre-capitalist formations*. Também a segunda parte de *A ideologia alemã* contém desenvolvimentos significativos sobre a cidade.

meno urbano – e do próprio Engels (1820-1895), que chega a refletir sobre aspectos da psicologia e do cotidiano citadino³, a grande preocupação dos estudiosos oitocentistas do fenômeno urbano é visivelmente relativa às suas bases institucionais.

Dentre aqueles que refletiram sobre os aspectos institucionais da questão urbana no século XIX, alguns autores mostram uma tendência a entender a cidade não como um estado derivado da natureza, mas como uma parte da própria natureza. Procuram entender a origem da cidade a partir da associação de agregados e células sociais básicas, como a família, ou outros agregados elementares que dariam origem às formações mais complexas que corresponderiam às “instituições”. Em perfeita conformidade com os interesses dos grandes Estados que buscam legitimar neste período as suas instituições, para estes autores pioneiros a cidade parece se constituir essencialmente, e por vezes até exclusivamente, em torno de *instituições sociais*.

A preocupação com as origens institucionais da cidade remete ao interesse de alguns historiadores oitocentistas ao estudo da Antiguidade. Não é a toa que surge em 1864 a obra já clássica de Fustel de Coulanges, denominada *A cidade antiga*⁴. Nesta, suas preocupações com vistas ao entendimento do fenômeno urbano são bastante explícitas: família, propriedade privada e religião.

Para Fustel de Coulanges, a cidade se constitui em torno de Instituições Sociais. “Há três coisas que, desde a idade mais antiga, encontram-se solidamente fundadas e estabelecidas nas sociedades gregas e itálicas: a religião doméstica, a família e o direito à propriedade; três coisas que tiveram entre si, na origem, uma relação maní-festa e parecem ter sido inseparáveis” (p. 65). Nesta linha de refle-

3. ENGELS, F. *A situação da classe operária na Inglaterra*, 1845.

4. FUSTEL DE COULANGES, N.D. *A cidade antiga*, 1864. Citada a partir da edição italiana (*La città antica*. Florença, 1924).

xões, Fustel de Coulanges foi um dos primeiros autores a chamar atenção para o papel da religião como um dos fundamentos da cidade. Afirma, por um lado, que a cidade formou-se a partir dos sucessivos agregados desta célula primária que é a família.

Por outro lado, Fustel de Coulanges chama atenção para o fato de que teria sido o sentimento religioso o que levaria os homens a estabelecerem relações de solidariedade. “O culto dos antepassados agrupou a família à volta de um altar. Daí a primeira religião, mas também a propriedade estabelecida, a ordem fixa da sucessão. Depois a crença alargou-se e, da mesma forma e ao mesmo tempo, a associação. À medida em que os homens sentem que existem para eles divindades comuns, vão se unindo em grupos cada vez mais extensos. As mesmas regras encontradas e estabelecidas para a família aplicam-se sucessivamente à pátria, à tribo, à cidade” (p. 165-166).

Este primeiro modelo institucional de análise historiográfica sobre as origens e a natureza do fenômeno urbano teria sucessores no futuro, mesmo que introduzindo críticas às formulações de Fustel de Coulanges. Apenas para dar um exemplo do século seguinte, já marcado pela preocupação com o indivíduo mas ainda alicerçado na preocupação com as instituições primordiais, tornaram-se notórias as críticas de Gustave Glotz ao historiador francês⁵. Chega a criticar a metodologia aplicada por Fustel de Coulanges, que teria caminhado “sem sair do mesmo sítio, colocando a família no centro de uma série de círculos concêntricos”.

A resposta de Glotz (1928) à busca das origens institucionais da cidade é outra. Por um lado, tem o mérito de tentar estabelecer um “modelo conflitual de evolução da cidade”. Por outro lado, introduz o indivíduo como elemento ativo na constituição do fenômeno urbano. “Não são duas as forças que veremos em luta, a família e a ci-

5. GLOTZ, G. *The greek city and its institutions*. Paris: [s.e.], 1928.

dade, mas três: a família, a cidade e o indivíduo. Cada uma delas foi se tornando sucessivamente predominante. No primeiro momento a história das instituições é formada por famílias que conservam ciosamente o seu direito primordial e submetem todos os outros membros ao seu interesse coletivo; no segundo, a cidade subordina a si as famílias chamando em sua ajuda os indivíduos libertados; no terceiro, os excessos do individualismo causam a ruína à cidade, a ponto de se tornar necessária a constituição de Estados mais vastos.”

Retornando àqueles que refletiram sobre a questão urbana no século XIX, podem ainda ser registradas outras obras marcadas pelas preocupações institucionais, muitas vezes ancoradas na vinculação profissional dos historiadores que as produziram às instituições estatais. Um exame da produção historiográfica sobre períodos específicos, como o Medieval ou o da modernidade do Antigo Regime, pode contribuir para dar uma ideia de como as investigações acerca de formações urbanas específicas encontram-se no século XIX penetradas de todos os lados por uma história predominante-mente, senão exclusivamente, institucional.

Um exemplo típico é a obra historiográfica explicitamente institucional de Labande, denominada *Histoire de Beauvais et de ses institutions communales* (1892). A história de Reinecke (1896) sobre a cidade de Cambrai mantém-se na mesma linha⁶. São obras em geral minuciosas, descrevendo em detalhe as instituições citadinas e a organização municipal. Gregorovius, por seu turno, desenvolve uma minuciosa *História da cidade de Roma na Idade Média* em oito volumes⁷. A preocupação com o sistema de propriedade aparece em G. des Marez, com seu *Étude sur la propriété foncière dans le ville du Moyen Age et spécialement en Flandre* (1898).

6. REINECKE. *Geschichte der Stadt Cambrai*. Marburgo: [s.e.], 1896.

7. GREGOROVIVUS, F.A. *History of the city of Rome in the Middle Age*. Stuttgart: [s.e.], 1859-1872.

Outro exemplo clássico, mas já de uma historiografia que mesmo no início do século seguinte perpetuava a tradicional reflexão institucional oitocentista, corresponde à famosa obra de Petit-Dutaillis: *Les communes françaises, caractères et évolution, des origines au XVII^e siècle*⁸. Chama atenção a preocupação de Petit-Dutaillis em definir a cidade como um agrupamento voltado para a gerência de interesses coletivos. Conforme se vê, a mesma linha de preocupações acionada por Fustel de Coulanges perpetua-se como o cerne da questão para muitas das obras que lhe seguiram no seu mesmo século ou mesmo na primeira metade do século XX. Por outro lado, este novo século traria novas preocupações ao estudo da cidade em geral, e da cidade medieval em particular. Aparecem notadamente as preocupações com a função econômica, com o modo de vida do cidadão, com a forma urbana e sua organização social, com a representação e com o imaginário da cidade, com as relações entre o público e o privado. A cidade já não será vista exclusivamente a partir do modelo político-institucional.

Percebe-se no conjunto de reflexões trazidas pelo século XX que, na sua ânsia de captar a essência urbana, o sociólogo ou historiador havia passado a fabricar imagens diversas, consoante os critérios de análise priorizados. A cidade torna-se simultaneamente “artefato”, “produto da terra”, “ambiente”, “sistema”, “ecossistema”, “máquina”, “empresa”, “obra de arte”, ou mesmo um “texto” onde podem ser lidos os códigos mais amplos de sua sociedade. Desenvolvem-se novos conceitos. “Armadura” ou “rede urbana”, a cidade revela a sua interação com as outras cidades, com o campo que a circunda, com o sistema estatal mais amplo.

Nuclear ou policêntrica, organismo em crescimento celular concêntrico ou em fatias triangulares, a cidade deve ser vista também

8. PETIT-DUTAILLIS. *Les communes françaises, caractères et évolution: des origines au XVII^e siècle*. Citada a partir de uma edição posterior (Paris, 1970).

em termos da população citadina que ela abriga. Haveria uma cultura urbana, ou uma caracterologia fundamental do citadino? Ou a cidade abre-se para uma miríade de subculturas urbanas? As questões perdem-se no infinito [...]. São talvez os indícios de uma nova tendência a enxergar a cidade a partir de uma multiplicidade de aspectos e que, no decurso do século XX, passa a instigar nos sociólogos e historiadores as mais variadas imagens para uma aproximação do fenômeno urbano. Reconhecer estas diversificadas bases imaginárias a partir das quais se lança o estudioso, nos seus esforços de perceber o fenômeno urbano, constituirá um ponto de partida particularmente interessante para construir um panorama sobre a reflexão urbana no século XX.

2

AS IMAGENS DA CIDADE NA REFLEXÃO URBANA

O cientista social fabrica as suas metáforas urbanas

Diante dos múltiplos aspectos urbanos trazidos à tona pela historiografia e pela sociologia do século XX, uma pergunta se impõe. O que vem a ser, afinal, a cidade? Na sua ânsia de responder a esta questão, os homens têm produzido metáforas diversas – entre estes homens o poeta, o pintor, o homem comum, e também o cientista social. Mesmo sem perceber, e por vezes acreditando-se liberto dos recursos metafóricos que os homens da literatura e da arte têm o direito de empregar mais livremente, a verdade é que o pensamento do cientista moderno também opera por modelos, frequentemente espacializados.

Não há nada de grave nisto. As metáforas de altura têm sido de longa monta empregadas para expressar níveis diferenciados de hierarquia social (o emprego da palavra “níveis” constitui já em si mesmo uma metáfora espacial). As metáforas (espaciais) de “centralidade” e “periferia” são imperceptivelmente empregadas para tornar claras determinadas relações de poder. A metáfora da “rede” recobre interações e relacionamentos sociais diversos. A Informática, por exemplo, sempre empregou sem nenhuma crise de consciência padrões similares de organização mental. Os usuários que estabele-